

Sarney acha prorrogação elo para a abertura

O presidente do PDS, Senador José Sarney, advertiu, ontem, de maneira enfática, que o adiamento das eleições municipais de 15 de novembro, "é um elo fundamental na cadeia da abertura democrática", apelando aos Partidos de Oposição a concordarem em se compor com o Governo, para aprovar a emenda Anísio de Souza que prorroga os mandatos dos prefeitos e vereadores até o pleito geral de 1982.

O dirigente do PDS, afirmou que os Partidos oposicionistas têm a obrigação institucional de fazer Oposição, "mas não de assumir posições sectárias que os levem a se colocar frontalmente contra as estruturas políticas e sociais da nação, contribuindo com essa radicalização para o fracasso de uma reorganização partidária sem à qual estará sendo frustrado todo o esforço do Governo em favor da redemocratização do país."

O PROJETO

O Sr José Sarney procurou demonstrar que a supressão do pleito municipal deste ano constitui parte essencial do projeto de abertura democrática. Se esse objetivo for inviabilizado pelo obstinado combate que ainda move a Oposição à fórmula prorrogacionista, todo o esforço até aqui empreendido poderá ser jogado fora, "perdendo-se a grande oportunidade de realizar esse trabalho de engenharia política".

Mas o que o Governo poderá oferecer de concreto para atrair os oposicionistas a um acordo que, até agora, eles têm repelido?

— Como dar? Já damos a eleição direta dos governadores, como, mais do que isso, o Governo concedeu toda a liberalização que permitiu a revoação dos atos de exceção, depois de 16 anos de arbitrio, e o retorno ao país de cidadãos brasileiros punidos pela Revolução.

Lembrou que, para fazer tais concessões, operando transformações tão profundas na vida política do país, sem provocar qualquer trauma, o que considera verdadeiramente milagroso, o Governo renunciou aos poderes excepcionais que detinha.

Os Partidos de Oposição podem e devem fazer oposição ao Governo, mas não às estruturas políticas e sociais que o Governo procura consolidar, a fim de que seja possível, segundo o Sr José Sarney, instituir uma democracia estável e duradoura no Brasil.

O Sr José Sarney encarou com boa vontade a sugestão dada pelo Deputado Thales Ramaalho, líder do Partido Popular, para que o Presidente da República e as lideranças do PDS procurassem os líderes oposicionistas para falar abertamente das intenções do Governo e provar a importância da supressão do pleito municipal no cumprimento do cronograma da abertura democrática.

Todavia, o presidente do PDS revelou que ele e seus companheiros de cúpula e de liderança do Partido no Congresso já se acham empenhados justa-

mente nesse trabalho de aproximação com as lideranças oposicionistas, abrindo o jgo quanto às intenções do Governo e o significado que tem cada uma de suas iniciativas no campo político.

TEIMOSIA DA OPOSIÇÃO

Se os Partidos de Oposição teimarem em negar a sua colaboração à aprovação da emenda que adiará o pleito municipal deste ano estarão se omitindo de todo o processo, que ficará ameaçado, segundo o presidente do PDS. Ele lamenta que algumas lideranças não tenham compreendido o alcance da oportunidade que é oferecida atualmente a todos os políticos de construirem um regime democrático duradoura no Brasil.

— Não temos o direito de jogar fora essa oportunidade histórica.

Sustentou que é essencial a criação de uma estrutura partidária sólida, sem a qual não é possível instituir uma democracia. "A eleição não é um fim em si mesma, mas um meio", segundo o Sr José Sarney, e que "sem Partidos fortes não se pratica democracia em nenhuma parte do mundo. Como o processo de organização partidária apenas se iniciou, a realização do pleito municipal este ano a perturbaria de forma definitiva.

Afirmou que o adiamento das eleições municipais já estava nos planos do Governo antes da posse do Presidente Figueiredo, no momento mesmo em que todo o projeto de abertura democrática foi concebido pelo Presidente Geisel com o conhecimento do atual presidente e dos Ministros Golbery do Couto e Silva e Petrônio Portella.

Este último, por mais de uma oportunidade, disse ostensivamente que o adiamento da eleição municipal era peça essencial no desdobramento do projeto de abertura política, e que se frustraria caso fosse obstruída no Parlamento pela ação obstinada dos Partidos oposicionistas.

— Se tivéssemos que partir para a realização do pleito municipal deste ano, destruiríamos todo o esforço dispendido na reorganização partidária e o país voltaria para trás, por via de um retrocesso de fato, uma vez que o bipartidarismo renasceria inevitavelmente em razão do desmantelamento das incipientes estruturas partidárias — disse.

Em seguida, procurou mostrar que um Partido, sendo expressão de uma corrente de opinião e de interesse da sociedade, não pode nascer por força de um decreto, instrumento que o Presidente da República escolhesse para distribuir um ao Sr Leonel Brizola, outro à Sra Ivete Vargas, outro ao próprio Governo.

Um Partido, pelo contrário, segundo o Senador, tem de ser obra que emerge com autenticidade de baixo para cima, impulsionado pelas forças sociais que o desejam constituído "e isso naturalmente dá muito trabalho, não podendo ser destruído por uma eleição que não é o fim em si mesma, mas um meio de se chegar ao grande objetivo que é a democracia".